

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

CAPÍTULO 12

ENTRADA TEMPORÁRIA DE PESSOAS DE NEGÓCIOS

Artigo 12.1: Definições

Para efeito deste Capítulo:

pessoa de negócios significa:

- (a) uma pessoa natural que tenha a nacionalidade de uma Parte de acordo com o Anexo 1-A (Definições específicas das Partes) ou
- (a) um residente permanente de uma Parte que, antes da data de entrada em vigor deste Acordo, fez uma notificação em conformidade com o Artigo XXVIII(k)(ii)(2) do Gats informando que dá aos seus residentes permanentes substancialmente o mesmo tratamento que confere aos seus cidadãos,¹

que se dedique ao comércio de mercadorias, à prestação de serviços ou à realização de atividades de investimento;

formalidade de imigração significa visto, permissão, passe ou outro documento ou ainda uma autorização eletrônica que conceda entrada temporária;

medida de imigração significa qualquer medida que afete a entrada e a estada de cidadãos estrangeiros; e

entrada temporária significa a entrada de uma pessoa oriunda de uma Parte no território de outra Parte para fazer negócios sem intenção de estabelecer residência permanente.

Artigo 12.2: Escopo

1. Este Capítulo se aplica a medidas que afetem a entrada temporária, no território de uma Parte, de pessoas de negócios oriundas de outra Parte;
2. Este Capítulo não se aplica a medidas que afetem pessoas naturais que buscam acesso ao mercado de trabalho de outra Parte nem a medidas relativas a cidadania, nacionalidade, residência ou emprego em base permanente.
3. Nenhuma disposição neste Acordo impedirá uma Parte de aplicar medidas para regular a entrada ou a estada temporária de pessoas naturais de outra Parte em seu território. Isso inclui as medidas necessárias para proteger a integridade de suas fronteiras e garantir a movimentação ordenada de pessoas naturais através delas, desde que tais medidas não sejam aplicadas de maneira a anular ou diminuir os benefícios correspondentes a qualquer uma das Partes segundo este

¹ Para efeito do subparágrafo (b), o termo “cidadãos” tem o significado atribuído pelo Artigo XXVIII(k)(ii)(2) do Gats.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

Capítulo.

4. O simples fato de uma Parte exigir que pessoas de negócios de outra Parte obtenham uma formalidade de imigração não deve ser visto como anulação ou diminuição dos benefícios de qualquer das Partes previstos neste Capítulo.

Artigo 12.3: Procedimentos de solicitação

1. Da forma mais rápida possível depois de receber uma solicitação completa para uma formalidade de imigração, cada Parte tomará uma decisão a respeito da solicitação e informará o solicitante sobre sua decisão, incluindo, em caso de aprovação, o período de estada e outras condições.

2. A pedido do solicitante, a Parte que recebeu a solicitação completa para uma formalidade de imigração procurará informar prontamente o solicitante sobre o andamento da solicitação.

3. Cada Parte garantirá que as taxas cobradas por suas autoridades competentes para o processamento de uma solicitação de formalidade de imigração sejam razoáveis e não prejudiquem nem atrasem indevidamente o comércio de mercadorias ou de serviços nem a realização de atividades de investimento segundo este Acordo.

Artigo 12.4: Concessão de entrada temporária

1. Cada Parte descreverá no Anexo 12-A os compromissos que está assumindo com respeito à entrada temporária de pessoas de negócios, especificando as condições e limitações para entrada e estada temporária, inclusive a duração da estada, para cada categoria de pessoas de negócios especificada pela Parte.

2. Uma Parte concederá entrada temporária ou prorrogação da estada temporária a pessoas de negócios de outra Parte na medida estabelecida nos compromissos assumidos nos termos do parágrafo 1, desde que essas pessoas de negócios:

- (a) sigam os procedimentos de solicitação estabelecidos pela Parte que concede a formalidade de imigração pertinente; e
- (b) atendam a todos os requisitos de elegibilidade correspondentes para entrada temporária ou prorrogação da estada temporária.

3. O simples fato de uma Parte autorizar a entrada temporária de uma pessoa de negócios de outra Parte nos termos deste Capítulo não será interpretado de modo a eximir essa pessoa de obter as licenças aplicáveis ou de cumprir outros requisitos, inclusive quaisquer códigos de conduta obrigatórios para praticar uma profissão ou exercer atividades comerciais.

4. Uma Parte poderá recusar-se a emitir uma formalidade de imigração para uma pessoa de negócios de outra Parte se a entrada temporária dessa pessoa puder ser prejudicial para:

- (a) a solução de uma disputa trabalhista em andamento no local onde a pessoa exerce ou pretende exercer seu emprego;
- (b) o emprego de qualquer pessoa natural envolvida em tal disputa.

5. Caso uma Parte se recuse a emitir uma formalidade de imigração de acordo com o parágrafo

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4, ela notificará o solicitante.

Artigo 12.5: Viagem de negócios

As partes confirmam os compromissos mútuos assumidos no contexto da Apec para aumentar a mobilidade das pessoas de negócios, inclusive por meio de exploração e desenvolvimento voluntário de programas do tipo viajante confiável, e seu apoio aos esforços para melhorar o programa do *Cartão de Viagem de Negócios Apec*.

Artigo 12.6: Fornecimento de informações

Além do disposto no Artigo 26.2 (Publicação) e Artigo 26.5 (Fornecimento de informações), cada Parte:

- (a) publicará prontamente, se possível on-line, ou colocará à disposição do público de alguma outra maneira, informações sobre:
 - (i) os requisitos atuais para entrada temporária segundo este Capítulo, o que inclui materiais explicativos bem como formulários e documentos pertinentes que permitam aos interessados de outras Partes tomar conhecimento desses requisitos; e
 - (ii) o prazo normal em que uma solicitação de formalidade de imigração é processada; e
- (b) estabelecerá ou manterá mecanismos adequados para responder às consultas de pessoas interessadas a respeito das medidas relativas à entrada temporária que são cobertas por este Capítulo.

Artigo 12.7: Comitê de Entrada Temporária para Pessoas de Negócios

1. Por este instrumento, as Partes estabelecem um Comitê de Entrada Temporária para Pessoas de Negócios (Comitê), composto por representantes do governo de cada Parte.

2. O Comitê se reunirá uma vez a cada três anos, salvo se acordado de outra forma pelas Partes, para:

- (a) rever a implementação e operação deste Capítulo;
- (b) considerar as oportunidades das Partes para facilitar ainda mais a entrada temporária de pessoas de negócios, inclusive mediante o desenvolvimento das atividades empreendidas segundo o Artigo 12.8 (Cooperação); e
- (c) considerar qualquer outro assunto relacionado com este Capítulo.

3. Uma Parte poderá solicitar discussões com uma ou mais Partes para fazer avançar os objetivos estabelecidos no parágrafo 2. Essas discussões poderão ser realizadas no local e hora acordados pelas Partes envolvidas nas discussões.

Artigo 12.8: Cooperação

Reconhecendo que podem se beneficiar ao compartilhar suas diversas experiências em desenvolvimento e aplicação de procedimentos relacionados com o processamento de vistos e a

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência**

Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês

segurança das fronteiras, as Partes considerarão a realização de atividades de cooperação mutuamente acordadas, sujeitas aos recursos disponíveis, o que inclui:

- (a) prestar assessoria sobre desenvolvimento e implementação de sistemas eletrônicos de processamento de vistos;
- (b) compartilhar experiências sobre regulamentações e implementação de programas e tecnologias relacionados com:
 - (i) segurança nas fronteiras, inclusive aquelas relacionadas com o uso de tecnologia biométrica, sistemas de informações avançadas sobre passageiros, programas de passageiro frequente e segurança nos documentos de viagem; e
 - (ii) a agilização do processamento para certas categorias de solicitantes, a fim de reduzir as limitações nas instalações e na carga de trabalho; e
- (c) cooperar em fóruns multilaterais para promover melhorias no processamento, tais como as indicadas nos subparágrafos (a) e (b).

Artigo 12.9: Relação com outros capítulos

1. Salvo o disposto neste Capítulo, Capítulo 1 (Disposições iniciais e definições gerais), Capítulo 27 (Disposições administrativas e institucionais), Capítulo 28 (Solução de controvérsias), Capítulo 30 (Disposições finais), Artigo 26.2 (Publicação) e Artigo 26.5 (Fornecimento de informações), nenhuma disposição deste Acordo imporá obrigação alguma a uma Parte a respeito de suas medidas de imigração.

2. Nada neste Capítulo será interpretado no sentido de impor obrigações ou compromissos com respeito a outros Capítulos deste Acordo.

Artigo 12.10: Solução de controvérsias

1. Nenhuma Parte recorrerá à solução de controvérsias segundo o Capítulo 28 (Solução de controvérsias) em caso de recusa de concessão de entrada temporária, a menos que:

- (a) o assunto envolva um padrão de prática; e
- (b) as pessoas de negócios afetadas tenham esgotado todos os recursos administrativos disponíveis sobre esse assunto em particular.

2. Os recursos mencionados no parágrafo 1(b) serão considerados esgotados se a decisão final não tiver sido emitida pela outra Parte dentro de um prazo razoável após a data da instituição do procedimento do recurso, incluindo qualquer procedimento de revisão ou apelação, e a não divulgação dessa decisão não for atribuída a atrasos causados pelas pessoas de negócios afetadas.